



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

BEATRIZ ARAÚJO COSTA

**A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) COMO FERRAMENTA
NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

**JOÃO PESSOA-PB
2025**

BEATRIZ ARAÚJO COSTA

**A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) COMO FERRAMENTA
NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito complementar para obtenção do título
de Licenciatura Plena em Pedagogia, com área
de aprofundamento em Educação Especial.

Orientador: Prof. Magno Alexon Bezerra Seabra.

JOÃO PESSOA

2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

C838a Costa, Beatriz Araújo.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como ferramenta no processo de inclusão escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) / Beatriz Araújo Costa. - João Pessoa, 2025.

46 f. : il.

Orientação: Magno Alexon Bezerra Seabra.

Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Análise do Comportamento Aplicada. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3. Educação inclusiva. I. Seabra, Magno Alexon Bezerra. II. Título.

UFPB/CE

CDU 616.896(043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

BEATRIZ ARAÚJO COSTA

**A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) COMO FERRAMENTA
NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito complementar para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação Especial.

Aprovado em: 07 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
Data: 10/10/2025 12:28:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Magno Alexon Bezerra Seabra

Orientador

Hermano de França Rodrigues

Prof. Dr. Hermano de França Rodrigues

Examinador

Documento assinado digitalmente
 GIULIANA CAVALCANTI VASCONCELOS
Data: 11/10/2025 14:22:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Giuliana Cavalcante Vasconcelos

Examinadora

Às minhas crianças, que fizeram da minha profissão um acalanto e me revelaram a dimensão e pureza do amor. Dedico este trabalho a elas e a todas aquelas silenciadas diariamente em sua luta por inclusão.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Fátima e Antônio, por me darem uma família, um lar, o privilégio de uma boa educação e o discernimento para compreender sua importância.

À minha mãe, que me despertou o prazer pela leitura e escrita e, com sua criação, me ensinou que uma mulher nunca deve abaixar a cabeça nesta sociedade.

Ao meu pai, que nunca me levantou a mão e, por trás de um volante, me guiou por uma estrada mais segura, aquela que ele não teve a oportunidade de percorrer.

Agradeço aos meus irmãos, por serem fonte de inspiração, sabedoria e sucesso. Contemplo, em cada um de vocês, o reflexo da dedicação e preocupação de nossa mãe em nos guiar pelo caminho do conhecimento.

Agradeço aos meus amigos de curso, que me acompanharam nessa trajetória, dividindo suas bagagens e transformando nossas batalhas em risadas e companheirismo.

Aos meus professores, pela paciência em ensinar, pela paixão em inspirar e pela sabedoria em guiar. Minha eterna gratidão àqueles que plantaram em mim a semente da curiosidade e me ensinaram a cultivar o conhecimento com dedicação e afeto, em especial às minhas professoras da área de aprofundamento, que foram a ponte segura entre a teoria e a prática.

Agradeço aos profissionais do Centro Incentivo pelo conhecimento, suporte e pela profunda admiração que nutro por cada um de vocês, que me proporcionaram os aprendizados necessários para construir essa monografia e atribuíram um novo significado ao que se diz trabalho.

A Matheus, por ser riso fácil em manhãs difíceis e a mais inesgotável fonte de afeto. Você deposita em mim, por nós dois, a confiança que me impulsiona a seguir adiante.

Agradeço às minhas crianças, que me trazem felicidade diária e transformam cada atendimento em ternura. Minha imensa gratidão pelos desafios e aprendizados, por me permitirem passar a enxergar o mundo de forma mais colorida, tornando minha vida mais leve.

E por fim, agradeço ao Universo, por ser morada e fonte inesgotável de energia, por ser belo e desafiador, por me conceder tudo o que é essencial e a serenidade para discernir o que não é, guiando-me sempre como um só, pois habito o Universo, e ele habita em mim.

A ciência é uma disposição de aceitar os fatos mesmo quando eles são opostos aos desejos.

(Burrhus Frederic Skinner)

RESUMO

O presente trabalho teve como tema a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como ferramenta de inclusão escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A delimitação do estudo decorreu da crescente inserção de crianças com TEA no ensino regular, impulsionada pelos avanços das políticas de inclusão, mas ainda marcada por desafios relacionados à formação docente e à implementação de estratégias pedagógicas eficazes. Nesse contexto, a pesquisa foi motivada pela necessidade de identificar abordagens fundamentadas em evidências científicas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), capazes de favorecer a aprendizagem e a socialização desses estudantes de forma efetiva. O objetivo geral consistiu em compreender as possibilidades de utilização da ABA como estratégia pedagógica para a inclusão de crianças com TEA no âmbito escolar. Para tanto, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e com abordagem documental, realizando-se análise de produções acadêmicas que discutiram fundamentos teóricos e aplicações da ABA no contexto educacional, sem o envolvimento direto de sujeitos. Os resultados permitiram concluir que a ABA se constituiu como uma ferramenta de grande potencial para a inclusão escolar de crianças com TEA, configurando-se como recurso científico consistente que favorece a construção de repertórios sociais e acadêmicos, amplia a comunicação e contribui para a redução de comportamentos que dificultam a aprendizagem. Contudo, sua eficácia e aplicação ética foram indissociáveis de condições estruturais, o que exige que a intervenção seja sistemática, adaptada à realidade escolar e orientada por uma perspectiva humanizada, que valorize a dignidade e a autonomia do aluno, sustentada pela formação continuada dos professores e pelo suporte institucional adequado.

Palavras-chave: Análise do Comportamento Aplicada; Transtorno do Espectro Autista; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This study focused on Applied Behavior Analysis (ABA) as a tool for the school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). The scope of the research arose from the increasing integration of children with ASD into regular education, driven by advances in inclusion policies, yet still marked by challenges related to teacher training and the implementation of effective pedagogical strategies. In this context, the research was motivated by the need to identify evidence-based approaches, such as ABA, capable of promoting learning and socialization for these students effectively. The main objective was to understand the potential of ABA as a pedagogical strategy for the inclusion of children with ASD in the school setting. To achieve this, a qualitative literature review was conducted using a documentary approach, analyzing academic works that discussed the theoretical foundations and applications of ABA in educational contexts, without direct involvement of participants. The findings indicated that ABA constitutes a highly effective tool for the school inclusion of children with ASD, providing a scientifically grounded resource that supports the development of social and academic repertoires, enhances communication, and contributes to reducing behaviors that hinder learning. However, its efficacy and ethical application are inseparable from structural conditions, requiring interventions to be systematic, adapted to the school context, and guided by a humanized perspective that values student dignity and autonomy, supported by continuous teacher training and adequate institutional support.

Keywords: Applied Behavior Analysis; Autism Spectrum Disorder; Inclusive Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reforço positivo (R+) e reforço negativo (R-)	27
Figura 2 – Punição positiva (P+) e punição negativa (P-)	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação de autismo na CID-11	20
Quadro 2: Níveis de suporte no DSM-5-TR	21
Quadro 3: Identificação dos artigos pesquisados	34
Quadro 4: Estratégias descritas/ sugeridas nos artigos	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA- Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis*)

ABC – Antecedente, Comportamento e Consequência (*Antecedent, Behavior & Consequence*)

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APA – American Psychiatric Association

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CIPTEA – Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

DSM – Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)

DTT – Treino por Tentativas Discretas (*Discrete Trial Training*)

ESDM – Modelo de Intervenção Precoce Denver (*Early Start Denver Model*)

FCT – Treino de Comunicação Funcional (*Functional Communication Training*)

JABA – *Journal of Applied Behavior Analysis*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PECs – Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (*Picture Exchange Communication System*)

PRT – Tratamento de Resposta Pivotal (*Pivotal Response Treatment*)

R – Resposta

(R-) - Reforço Negativo

(R+) - Reforço Positivo

SD – Estímulo Discriminativo

S – Consequência

SUS – Sistema Único de Saúde

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TID – Transtornos Invasivos do Desenvolvimento

SUMÁRIO

RESUMO	8
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Transtorno do Espectro Autista.....	17
2.2 Desafios no Espaço Escolar	23
2.3 A Análise do Comportamento Aplicada (ABA)	26
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 Tipo de pesquisa	32
3.2 Local de pesquisa.....	32
3.3 Universo total e universo amostral.....	33
3.4 Instrumentos/técnicas de produção e coleta de dados.....	33
3.5 Análise e discussão dos dados da pesquisa	34
3.6 Considerações éticas da pesquisa.....	34
4 CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS PESQUISADOS	34
4.1 Quadro 3: Identificação dos artigos pesquisados.....	34
4.2 Quadro 4: Estratégias descritas/ sugeridas nos artigos	40
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crescente inserção de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar regular, impulsionada pelos avanços das políticas de inclusão, sobretudo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que em seu Art. 58 estabelece a educação especial preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996), evidencia o desafio da formação docente e da implementação de estratégias pedagógicas eficazes. No entanto, essa expansão impõe desafios significativos à comunidade escolar, especialmente no que se refere à capacitação docente e à promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Muitos professores ainda se deparam com dificuldades para atender de forma adequada às demandas educacionais e sociais desses alunos, uma vez que a formação acadêmica nem sempre proporciona preparo suficiente para lidar com a diversidade e com os comportamentos específicos apresentados por crianças com TEA.

Nesse contexto, minha experiência como aplicadora ABA, aliada à observação de crianças com TEA em diferentes ambientes escolares, possibilitou uma compreensão mais aprofundada desses desafios e a identificação das necessidades de estratégias educacionais fundamentadas em evidências científicas, como a Análise do Comportamento Aplicada.

A Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis – ABA) é uma ciência aplicada que utiliza os princípios do comportamento humano para promover mudanças significativas e socialmente relevantes na vida dos indivíduos. Por meio de intervenções sistemáticas e baseadas em evidências empíricas, a ABA busca identificar, compreender e modificar comportamentos, promovendo o desenvolvimento de habilidades funcionais e a redução de comportamentos desafiadores. No contexto educacional, suas técnicas permitem planejar estratégias individualizadas para cada aluno, considerando suas necessidades específicas e favorecendo a aprendizagem e a adaptação no ambiente escolar.

No caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a ABA tem se destacado como uma das abordagens mais eficazes para apoiar o desenvolvimento social, comunicativo e acadêmico. Técnicas como o reforçamento positivo e o ensino de habilidades sociais têm mostrado resultados consistentes na promoção da interação social, na comunicação funcional e na diminuição de comportamentos inadequados. Dessa forma, a aplicação da ABA no contexto escolar não apenas facilita a inclusão dessas crianças, mas também contribui para a construção de práticas pedagógicas mais éticas, eficazes e alinhadas às evidências científicas.

A partir dessas premissas e considerando os desafios evidenciados, a presente pesquisa

busca responder à seguinte questão: " Como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) pode ser uma poderosa ferramenta de inclusão escolar para crianças com TEA?". Para tanto, este estudo teve como **objetivo geral** compreender as possibilidades de estratégias pedagógicas na utilização da ABA para inclusão de crianças com TEA no âmbito escolar. Visando atingir tal propósito, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**: (a) identificar as principais dificuldades enfrentadas por alunos com TEA no ambiente escolar; (b) identificar os desafios enfrentados pela docência para inclusão de alunos com TEA; (c) analisar estratégias pedagógicas baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para o ensino-aprendizagem de alunos com TEA e (d) propor práticas e adaptações curriculares que possam ser implementadas pelos professores para melhorar o processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

Para atingir os objetivos propostos, a estrutura deste trabalho segue as seções detalhadas no sumário. Inicia-se com as **Considerações Iniciais**, que contextualizam o estudo e a motivação da pesquisadora. A seguir, a **Fundamentação Teórica** explora o Transtorno do Espectro Autista (TEA), os desafios no contexto escolar, os princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e uma visão humanizada de suas intervenções. A **Metodologia** detalha a abordagem bibliográfica e qualitativa do estudo. Posteriormente, a **Caracterização dos Artigos Pesquisados** apresenta o corpus da análise, enquanto a seção de **Resultados e Discussão** interpreta os achados e responde à pergunta de pesquisa. Finalmente, as **Considerações Finais** sintetizam as conclusões, delimitam as limitações e apontam para futuras investigações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Transtorno do Espectro Autista

O autismo é definido pela CID-11 como Transtorno do Espectro Autista (TEA), sob o código 6A02 e como transtorno global do desenvolvimento, sob o código F84. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é “uma perturbação do neurodesenvolvimento marcada por atrasos e desvios nas áreas da socialização e da comunicação, assim como por padrões repetitivos e limitados de interesse e comportamento” (APA, 2013).

O termo “autismo” foi empregado pela primeira vez em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para descrever a fuga da realidade para um mundo interior, observado em pacientes diagnosticados com esquizofrenia. Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner publicou a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descrevendo 11 casos de crianças com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. (Tamanaha; Perissinoto; Chiari, 2008.). Kanner utilizava o termo “autismo infantil precoce”, pois os sintomas já eram observados na primeira infância.

Em 1944, Hans Asperger, pediatra austríaco com interesse em educação especial, escreveu o artigo “A psicopatia autista na infância”, destacando alguns casos de crianças que apresentavam falta de empatia, baixa capacidade de interação social, conversação unilateral e movimentos descoordenados. O autor utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando que apesar de ter as habilidades intelectuais preservadas, as crianças apresentaram uma notável pobreza na comunicação não-verbal, que envolvia tanto gestos como tom afetivo de voz, empatia pobre e uma tendência a intelectualizar as emoções, uma inclinação a ter uma fala prolixa em monólogo e às vezes incoerente, uma linguagem tendendo ao formalismo (ele os denominou “pequenos professores”), interesses que ocupavam totalmente o foco da atenção envolvendo tópicos não-usuais que dominavam sua conversação, e incoordenação motora. (Klin, 2006). Na época, o seu trabalho foi publicado em alemão e, devido a isso, recebeu pouca atenção. Somente em 1980, Asperger foi reconhecido como um pioneiro no seguimento.

Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) publicou sua primeira edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-1). O DSM-1 foi a primeira versão do manual e continha 106 categorias diagnósticas. Nessa primeira versão, os diversos sintomas de autismo foram classificados como um subgrupo da esquizofrenia infantil. Durante os anos 50, houve muitas incertezas sobre a natureza do autismo e Kanner propôs que o autismo infantil seria causado por uma estrutura familiar que “salientava a existência de uma distorção do modelo familiar, que ocasionaria alterações no desenvolvimento psico-afetivo da criança, decorrente do caráter altamente intelectual dos pais destas crianças” (Kanner, 1943 apud Tamanaha; Perissinoto; Chiari, 2008.). Apesar dessa perspectiva, o autor não descartou que fatores biológicos poderiam estar envolvidos, uma vez que as alterações comportamentais eram observadas desde cedo, tornando difícil atribuir a causa apenas às interações sociais. Assim, o autismo tornou-se centro de debates, com diferentes pontos de vista teóricos que buscavam distinguir terminologicamente o autismo da esquizofrenia infantil. Esses referenciais, incluindo abordagens que associavam o transtorno a fatores emocionais e relacionais, bem como perspectivas que enfatizavam sua origem biológica e neurodesenvolvimental, foram, de certo modo, percursos de duas correntes teóricas distintas para o estudo do autismo, que ainda hoje permanece como motivo de controvérsias.

“o autismo continua, hoje mais que nunca, uma forma de discordia, um nó de conflitos em que atuam, de um modo dramatizado e paradigmático, as grandes questões da psiquiatria que abrem as portas para além, para os angustiantes problemas impostos pela existência da loucura e por seu enraizamento ontológico na realidade psíquica do ser humano.” (Hochmann, 1997)

Apenas em 1978, o psiquiatra inglês Michael Rutter redefiniu o autismo como um transtorno independente da esquizofrenia. Para isso, estabeleceu quatro critérios principais: atrasos e desvios nas interações sociais que não se explicavam apenas pela deficiência intelectual, dificuldades na comunicação igualmente não atribuíveis somente a deficiência intelectual, comportamentos incomuns, como movimentos estereotipados, e o surgimento desses sinais antes dos 30 meses de idade.

Reconhecido como uma das figuras centrais na consolidação da psiquiatria infantil, Rutter contribuiu significativamente para a compreensão do autismo, conduzindo pesquisas tanto na área biológica, incluindo estudos genéticos e exames de imagem, quanto na esfera social, analisando o impacto das interações familiares e escolares no desenvolvimento infantil.

A redefinição do autismo proposta por Michael Rutter e o avanço das pesquisas científicas foram fundamentais para a reformulação dos critérios diagnósticos no DSM-3, publicado em 1980. Nessa edição, o autismo foi, pela primeira vez, reconhecido como uma

condição específica e classificado dentro dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Essa nova categoria enfatizava o impacto do transtorno em múltiplas áreas do funcionamento cerebral, diferenciando-o da esquizofrenia infantil e reforçando a necessidade de abordagens mais especializadas para sua compreensão e intervenção.

Pouco tempo depois, em 1981, a psiquiatra Lorna Wing desenvolveu o conceito de autismo como um espectro de condições que afetam pessoas em diferentes níveis e cunhou o termo Síndrome de Asperger para caracterizar um grupo específico dentro desse espectro, em referência a Hans Asperger – termo que, atualmente, não é mais utilizado em respeito às evidências do envolvimento de Asperger com o regime nazista e, principalmente, pelo entendimento do autismo como um espectro único, e não mais como diagnósticos separados. Além de pesquisadora e clínica, Wing também era mãe de uma criança autista e dedicou sua carreira à defesa de uma melhor compreensão e serviços para indivíduos autistas e suas famílias. Nesse contexto, fundou, junto com Judith Gold, a *National Autistic Society*, instituição que, na época, atuava como um ponto de apoio para famílias, oferecendo recursos, informações, suporte especializado e também funcionava como um núcleo de pesquisa e desenvolvimento de estratégias para aprimorar a compreensão do autismo, contribuindo para luta por direitos e políticas públicas voltadas a essa população. A *National Autistic Society*, continua existindo até os dias de hoje como instituição de caridade para pessoas autistas e suas famílias no Reino Unido.

Em 1998, A revista Lancet publicou um artigo do cientista Andrew Wakefield, no qual afirmava que algumas vacinas poderiam causar autismo. Esse estudo foi totalmente desacreditado por outros cientistas e descartado. Em maio de 2014, o Wakefield perdeu seu registro médico e a revista Lancet também se retratou e retirou o estudo de seus arquivos pela falta de comprovação dos resultados. Mais de 20 estudos seguintes mostraram que a associação da vacina como causadora do autismo não tem fundamento.

Em 2007, a ONU estabeleceu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância de compreender e tratar o transtorno, que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, afeta cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo. Em 2018, essa data foi incorporada ao calendário oficial brasileiro como o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.

Em 2012, o Brasil aprovou a Lei Berenice Piana (12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esse marco legal foi essencial para garantir os direitos dos indivíduos autistas, assegurando o acesso a diagnóstico precoce, tratamentos, terapias e medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS),

além de garantir o direito à educação, proteção social, trabalho e a serviços que promovam a igualdade de oportunidades.

Em 2013, o DSM-5 passou a agrupar todas as subcategorias do autismo em um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista. Dessa forma, os indivíduos são avaliados dentro de um espectro único que abrange diferentes níveis de gravidade. A Síndrome de Asperger deixou de ser considerada uma condição separada, e o diagnóstico passou a ser baseado em dois critérios principais: as dificuldades na comunicação e interação social e a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/15) instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ampliando as garantias para os indivíduos com TEA ao definir pessoa com deficiência como aquela que possui um impedimento de longo prazo, seja ele de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Este Estatuto representa um marco crucial na promoção da igualdade de direitos e na regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário para os indivíduos com deficiência.

Em 2020, entrou em vigor a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion, que instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Emitida gratuitamente por estados e municípios, essa carteira substitui o atestado médico e facilita o acesso aos direitos previstos na Lei Berenice Piana.

Em 2022, a atualização da Classificação Estatística Internacional de Doenças – CID-11 – passou a adotar a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista, alinhando-se com as diretrizes do DSM-5 e unificando os diagnósticos anteriormente classificados em subcategorias separadas, como autismo infantil e Síndrome de Asperger, em um único diagnóstico de TEA, identificado pelo código 6A02. No CID-11, essa classificação é organizada em subtipos conforme a presença ou ausência de deficiência intelectual e de comprometimento da linguagem funcional. Já no DSM-5-TR, publicado no mesmo ano, o TEA também é reconhecido como um espectro, mas a gravidade é descrita em dois domínios principais: (a) comunicação social e (b) comportamentos restritos e repetitivos.

Quadro 1: Classificação de autismo na CID-11:

6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)
6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;

6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; Item da lista #3
6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
6A02.4 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;
6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

Fonte: (CID-11, 2022).

Quadro 2: Níveis de suporte no DSM-5-TR:

Níveis de gravidade para o transtorno do espectro autista		
Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritivos e repetitivos
Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.

Nível 2 “Exigindo apoio substancial”	<p>Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.</p>	<p>Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/ repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.</p>
Nível 1 “Exigindo apoio”	<p>Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.</p>	<p>Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.</p>

Fonte: (DSM-5-TR, 2022).

As classificações atuais do Transtorno do Espectro Autista (TEA) presentes na CID-11 e no DSM-5 representam um importante avanço científico nos critérios diagnósticos, contribuindo para uma compreensão mais precisa do Transtorno do Espetro Autista e por estratégias mais adequadas de intervenções e qualidade de vida.

Dessa forma, a evolução histórica e conceitual do autismo reflete um percurso marcado por avanços científicos, mudanças de perspectiva e desafios sociais. A partir de um entendimento inicial limitado e cercado de embates teóricos, a compreensão do Transtorno do Espectro Autista evoluiu para um modelo mais preciso e fundamentado em evidências científicas. Ressalta-se, contudo, que as causas do autismo ainda não foram plenamente identificadas. Evidências científicas apontam que não se trata de uma etiologia única, mas sim da interação complexa entre fatores genéticos e ambientais.

2.2 Desafios no Espaço Escolar

A escola, enquanto instituição, ainda carrega marcas de uma estrutura tradicional, com poucas transformações ao longo dos anos: horários rígidos, carteiras enfileiradas, foco na repetição de conteúdos e pouco ou nenhum protagonismo estudantil. Essa lógica, historicamente, visava formar sujeitos aptos a responder às demandas produtivas da época, deixando em segundo plano aspectos como criatividade, escuta ativa e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, a chamada educação bancária, que reduz os estudantes a receptáculos passivos de informações, em vez de parceiros ativos na construção do saber, reforçando a hierarquia rígida das relações escolares e limitando a possibilidade de uma formação crítica e emancipadora (Freire, 1968). No caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essas limitações ganham proporções ainda maiores.

No Brasil, o ensino regular é um direito de todos, dever do Estado e da família, promovida e incentivada juntamente com a sociedade (Brasil, 1988) e no caso de alunos com TEA são várias as leis que asseguram essa condição. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), sancionada em 2015, considera crime de discriminação qualquer recusa de matrícula, seja por escola pública ou privada. Segundo a declaração de Salamanca:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em

última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração De Salamanca, 1994, p. 1).

Ainda que a legislação brasileira ofereça um forte amparo ao direito à educação inclusiva, sua efetivação no cotidiano escolar encontra uma série de desafios. A inclusão de alunos com TEA expõe as fragilidades de um sistema educacional que, em grande parte, ainda opera sob uma lógica sistematizada e pouco flexível, criando obstáculos significativos para estudantes, educadores e famílias. Na visão dos próprios professores, a distância entre a política de inclusão e a realidade da sala de aula é marcada por fatores como a falta de recursos, a carência de profissionais especializados para dar suporte e, principalmente, as lacunas na sua própria formação (Silva; Carvalho, 2017).

O despreparo docente emerge como um desafio central e recorrente. Uma revisão da literatura sobre a perspectiva de professores brasileiros aponta que muitos se sentem impotentes e angustiados por não possuírem o conhecimento necessário para facilitar a aprendizagem do aluno com deficiência (Camargo; Bosa, 2009). Esse sentimento é agravado pela falta de formação continuada e de suporte técnico, o que sobrecarrega o educador, que frequentemente precisa buscar soluções individualmente, sem o apoio institucional para criar adaptações curriculares e de materiais que sejam eficazes. É necessário compreender que, muitas vezes, as dificuldades vivenciadas pelos docentes não estão relacionadas à falta de vontade, mas sim à ausência de formação específica para lidar com as demandas desse público. Trata-se, portanto, não de um “não querer”, mas de um “não saber como fazer”. Nesse contexto, Miranda e Filho (2012, p. 12) salientam que, “nesse processo, o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes, e, por sua vez, tornar-se produtor de seu próprio saber”, reforçando a importância de investir em formação continuada e em práticas pedagógicas que ampliem o repertório profissional diante da diversidade presente nas salas de aula.

Além disso, o indivíduo com TEA regularmente matriculado no ensino regular tem direito a um acompanhante especializado, sem cobrança de valor adicional, desde que comprovada a necessidade por um médico responsável (Lei Federal nº 12.764, 2012). Nas instituições públicas, ainda há muitos impasses em relação ao papel desse profissional de apoio. Em grande parte dos casos, esses profissionais se dedicam exclusivamente aos cuidados de higiene e alimentação, sem receber a devida capacitação para atender as demandas específicas de estudantes com TEA. Por outro lado, há situações em que os acompanhantes escolares acabam assumindo responsabilidades que extrapolam suas atribuições, desempenhando funções

que deveriam ser compartilhadas com toda a equipe pedagógica. Para Martins (2011), a função do profissional de apoio não deve ser confundida com a do professor regente. O papel desse profissional não é complementar à docência ou desenvolver intervenções pedagógicas que isentem a escola e o professor de suas responsabilidades. Pelo contrário, a autora posiciona o profissional de apoio como um serviço específico da educação especial.

Já na perspectiva do próprio aluno com TEA, a realidade escolar pode ser ainda mais complexa, marcada por barreiras que, embora nem sempre visíveis, revelam-se profundamente excludentes. Muitas vezes, as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), idealizadas como espaços de suporte, apresentam excesso de estímulos visuais, cores intensas e materiais dispostos de forma desorganizada, o que, em vez de favorecer a aprendizagem, compromete o bem-estar e a concentração. Essa sensibilidade aos estímulos ambientais é uma característica central do TEA, como descreve Temple Grandin (2015) ao relatar que o processamento sensorial atípico pode tornar o mundo uma experiência caótica e avassaladora.

Além do ambiente, aspectos aparentemente simples, como cadeiras altas que impedem o aluno de apoiar os pés no chão, também interferem diretamente em sua autorregulação e foco. A necessidade de estabilidade postural para a manutenção da atenção é um princípio fundamental da psicomotricidade, permitindo que a criança se sinta segura e organizada para aprender (Fonseca, 2012). Outro ponto recorrente é a inadequação das avaliações: quando não são adaptadas, tornam-se inacessíveis; e, quando adaptadas, frequentemente seguem modelos genéricos, sem considerar as especificidades de cada estudante. Essa prática contraria o que prevê a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146/2015), que assegura ao estudante com deficiência o direito a “adaptações razoáveis” e a um “projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços [...] para atender às suas características” (Brasil, 2015, Art. 28).

Soma-se a isso a imposição de regras inflexíveis que não dialogam com as necessidades individuais do aluno, uma prática que exemplifica a 'tradicional abordagem homogênea de ensino' criticada por Latuni (2022), como a proibição do uso de tablets, brinquedos ou materiais de apoio, sob a justificativa de que tais recursos poderiam distrair os demais ou configurar “privilégio”. No entanto, essa perspectiva evidencia uma contradição: assim como um aluno cadeirante tem direito à sua cadeira de rodas, um estudante surdo ao seu intérprete de Libras e um estudante cego a materiais em braille, o aluno com TEA também deve ter garantido o acesso aos recursos que asseguram sua participação e aprendizagem em condições de igualdade. A diferença é que, por se tratar de uma deficiência “invisível”, suas necessidades frequentemente

são negligenciadas, reforçando barreiras sutis, mas igualmente exclucentes, ao seu processo de inclusão.

O crescente número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em escolas regulares representa uma importante conquista, fruto dos avanços legislativos e da consolidação dos direitos garantidos ao longo dos anos. Nos tempos mais recentes, observa-se um aumento significativo na identificação de crianças e adolescentes com TEA. Estima-se, atualmente, que aproximadamente uma em cada 100 pessoas esteja dentro do espectro (OPAS, 2020), um índice consideravelmente mais elevado em comparação às estimativas de décadas anteriores. Esse aumento ocorre, principalmente, em razão dos avanços da medicina e da ampliação dos critérios diagnósticos, mas também pode ser atribuído a uma combinação de fatores, como a maior atenção das famílias aos sinais precoces do transtorno, o acesso facilitado à informação por meio da internet e a crescente conscientização social, que tem contribuído para a redução do estigma e para a inclusão de pessoas com TEA, em contraste com o cenário de exclusão e invisibilidade que predominava em contextos passados. (Zeidan et al., 2022.) No entanto, à medida que cresce o número de matrículas de estudantes com TEA nas escolas regulares, tornam-se também mais evidentes os desafios relacionados à permanência desses alunos.

2.3 A Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA, do inglês Applied Behavior Analysis) é uma ciência voltada para a compreensão e o aprimoramento do comportamento humano.

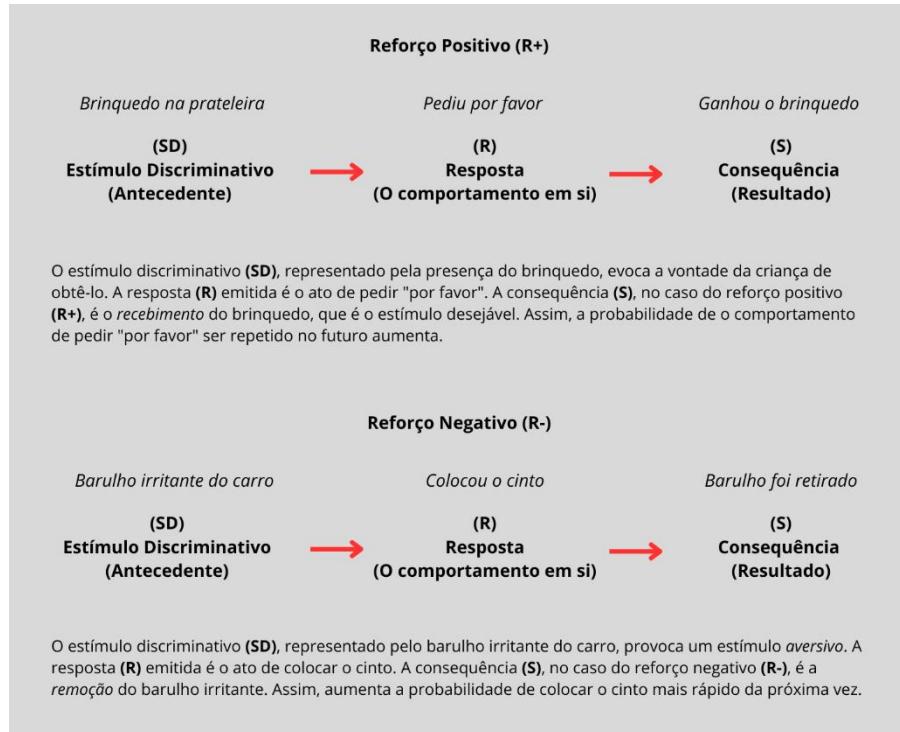
Para entendê-la em sua totalidade, é fundamental revisitar suas raízes históricas e filosóficas. A ABA não surgiu de forma isolada, mas como resultado de um percurso científico consolidado a partir do Behaviorismo. Assim, compreender os princípios do Behaviorismo e sua evolução até tornar-se uma ciência aplicada constitui o primeiro passo para revelar o potencial da ABA como ferramenta de transformação do comportamento humano e, consequentemente, como uma poderosa aliada no processo de inclusão.

O Behaviorismo surgiu como uma abordagem da Psicologia que apresentava o comportamento como seu principal objeto de estudo. No início do século XX, John B. Watson (1878-1958) inaugurou o movimento ao defender que a Psicologia deveria constituir-se como um ramo puramente objetivo e experimental da ciência natural, com a finalidade de prever e controlar o comportamento (Tourinho, 2011). Watson foi influenciado por pesquisadores que o antecederam, como Edward Lee Thorndike (1874-1949), que, na virada do século, estudava a

aprendizagem em animais e formulou a denominada Lei do Efeito. Tal lei postulava que os comportamentos seguidos de consequências satisfatórias apresentavam maior probabilidade de se repetir.

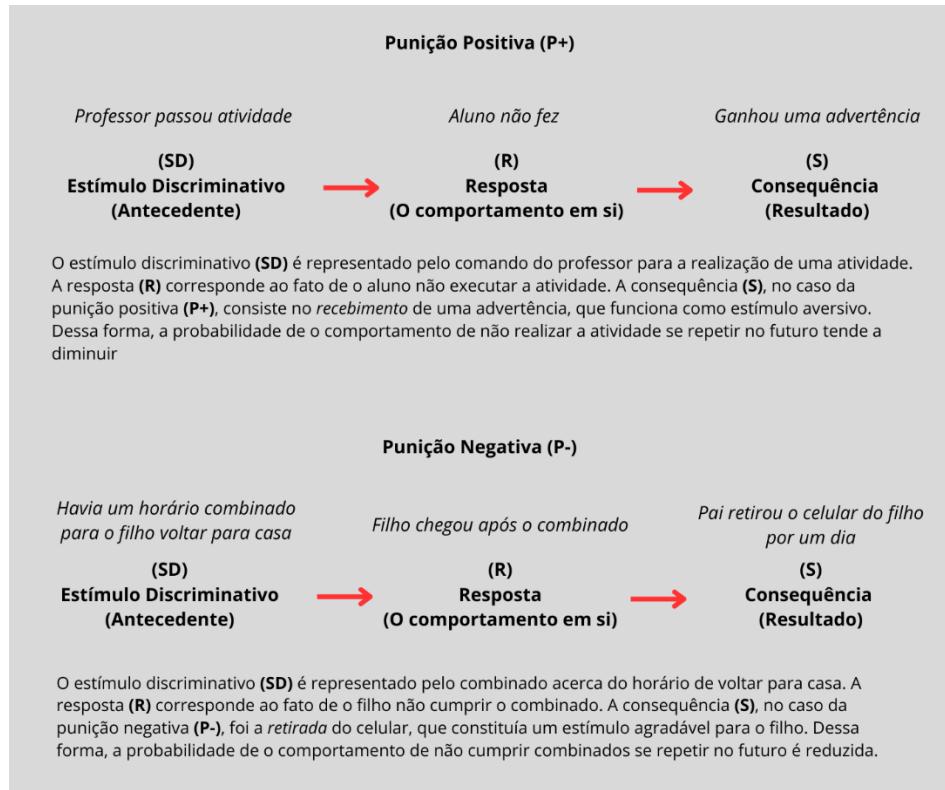
Watson, entretanto, concentrou-se no que ficou conhecido como Behaviorismo Metodológico, direcionando seu foco aos comportamentos publicamente observáveis e desconsiderando eventos “mentais” ou “internos”, por não poderem ser diretamente analisados. Posteriormente, Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) expandiu essa perspectiva com o Behaviorismo Radical. Para Skinner, a Psicologia não deveria ignorar os eventos privados, como pensamentos e sentimentos, mas compreendê-los como comportamentos igualmente sujeitos às mesmas leis que regem os comportamentos observáveis. Ele também reintroduziu e aprofundou o selecionismo de Thorndike, ao defender que o comportamento é selecionado por suas consequências. Esse princípio constitui a base do conceito de condicionamento operante, segundo o qual um comportamento é fortalecido ou enfraquecido de acordo com as consequências que o seguem (Skinner, 2003). Com base na Lei do Efeito de Thorndike, Skinner identificou três tipos de consequências ambientais que podem alterar a probabilidade futura de um comportamento. A primeira são os **reforçadores**, definidos como quaisquer eventos que, ao seguirem uma resposta, aumentam a chance de ela ocorrer novamente. O reforço pode ser positivo (R+), quando um estímulo agradável é acrescentado ao ambiente, ou negativo (R-), quando um estímulo aversivo é retirado. Em oposição, os **punidores** são consequências que reduzem a probabilidade de o comportamento se repetir. A punição também pode ser positiva (P+), quando um estímulo indesejado é acrescentado, ou negativa (P-), quando um estímulo desejável é retirado. Por fim, existem os **operantes neutros**, que são estímulos sem efeito significativo sobre a frequência da resposta, ou seja, não produzem consequências relevantes e, portanto, a resposta não tende a se estabelecer. (Skinner, 2003).

Figura 1 – Reforço Positivo (R+) e Reforço Negativo (R-):



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 – Punição Positiva (P+) e Punição Negativa (P-):



Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, tanto o R+ quanto o R- aumentam a probabilidade de ocorrência do comportamento, enquanto a P+ e a P- a reduzem. Os termos positivo e negativo não devem ser compreendidos em termos de valor moral, como algo bom ou ruim, mas em função operante: aditivo e subtrativo.

É a partir dessa fundamentação teórica, da compreensão de que o comportamento é aprendido e mantido por suas consequências, que se edifica a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). A ABA, portanto, não é uma abordagem distinta, mas sim a aplicação sistemática e ética desses princípios para promover mudanças socialmente relevantes no comportamento humano. (Baer; Wolf; Risley, 1968)

A Análise do Comportamento, como campo do saber, estrutura-se em três pilares interdependentes. O primeiro é o Behaviorismo Radical, entendido como a filosofia que fundamenta a ciência do comportamento. O segundo corresponde à Análise Experimental do Comportamento, caracterizada pela pesquisa básica, geralmente conduzida em laboratório, que busca identificar os princípios fundamentais da relação entre o organismo e o ambiente. Por fim, o terceiro pilar é a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), responsável pela aplicação prática desses princípios, com o objetivo de resolver problemas socialmente relevantes. (Malavazzi et al., 2011). A história da Análise do Comportamento evidencia a transição de uma ciência voltada exclusivamente à pesquisa básica para uma prática direcionada à resolução de problemas do cotidiano. Inicialmente, os estudos tinham caráter estritamente experimental, mas, gradualmente, os pesquisadores passaram a aplicar os princípios do comportamento em contextos práticos. Na década de 1960, essa articulação entre ciência e aplicação consolidou-se, dando origem à ABA. (Cooper; Heron; Heward, 2021).

Em 1968, Baer, Wolf e Risley publicaram, no primeiro volume do *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), um artigo que definiu as sete dimensões que caracterizam a ABA até os dias atuais. De acordo com os autores, a Análise do Comportamento Aplicada deve ser: **aplicada**, ao focalizar comportamentos socialmente relevantes, isto é, importantes tanto para o indivíduo quanto para as pessoas em seu convívio; **comportamental**, ao centrar-se em respostas observáveis e mensuráveis, descritas em termos do que o indivíduo faz; **analítica**, ao demonstrar a relação funcional entre a intervenção e a mudança no comportamento, evidenciando que foi a intervenção a responsável pela melhoria; **tecnológica**, ao descrever seus procedimentos de maneira clara e detalhada, permitindo sua replicação por outros profissionais; **conceptualmente sistemática**, ao fundamentar-se nos princípios básicos da Análise do Comportamento; **eficaz**, ao produzir mudanças significativas e práticas no comportamento; e

generalizável, ao assegurar que tais mudanças se estendam a diferentes ambientes, pessoas e comportamentos, mantendo-se ao longo do tempo. (Baer; Wolf; Risley, 1968).

A aplicação da ABA para intervir em casos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) começou a se destacar nas décadas de 1960 e 1970. Durante esse período, pesquisadores como O. Ivar Lovaas foram pioneiros ao demonstrar que os princípios comportamentais poderiam ser utilizados de forma sistemática e intensiva para ensinar habilidades essenciais e reduzir comportamentos interferentes em crianças com autismo. A criação do JABA consolidou o campo, e os trabalhos de Lovaas, especialmente seu estudo publicado em 1987, intitulado "*Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children*", que se tornou um marco decisivo. A pesquisa evidenciou que, com uma intervenção precoce e intensiva de 40 horas semanais, 47% das crianças do grupo de tratamento alcançaram um funcionamento intelectual e educacional considerado dentro da normalidade, tornando-se indistinguíveis de seus pares ao ingressarem na escola (Lovaas, 1987). Esse resultado revolucionário alterou a perspectiva sobre o prognóstico do TEA e influenciou profundamente as práticas clínicas e de pesquisa que se seguiram.

Atualmente, a Análise do Comportamento Aplicada firmou-se como a prática com maiores evidências científicas no ensino de novas habilidades e tratamento de comportamentos interferentes em indivíduos com TEA (Yu et al, 2020). Contudo, é importante reconhecer que a ciência evoluiu significativamente e a ABA de hoje não é a mesma de décadas, ou até mesmo de anos atrás; práticas históricas que envolviam o uso de punições ou rigidez excessiva foram abandonadas em favor de uma abordagem ética e humanizada, que hoje se refletem em abordagens como ABA Compassiva. Essa perspectiva moderna prioriza a autonomia, a dignidade e a alegria do indivíduo durante a terapia, buscando construir repertórios de forma segura e sem o uso de procedimentos aversivos (Hanley, 2021). A ABA contemporânea, portanto, repudia equívocos do passado e prioriza o bem-estar do indivíduo, em um aprimoramento constante que leva em conta as críticas e necessidades da própria comunidade autista. (Leblanc; Rauchman; Suarez, 2021).

Dessa forma, a aplicação da Análise do Comportamento Aplicada transcende o ambiente clínico e a chamada “terapia de mesa”, revelando-se uma ferramenta poderosa também no contexto escolar. Diante de desafios que vão desde a estrutura tradicional da escola até as lacunas na formação docente, torna-se essencial recorrer a estratégias fundamentadas em evidências científicas para promover uma inclusão efetiva. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o suporte a pessoas com autismo seja realizado por meio de intervenções psicossociais baseadas em evidências, como terapias comportamentais e

programas de capacitação voltados a pais e educadores (OMS, 2024). Diante disso, a ABA emerge como uma ciência amplamente reconhecida por seus resultados no desenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Através de estratégias que favorecem o desenvolvimento de habilidades sociais e a superação de barreiras de aprendizagem, a ABA oferece aos educadores ferramentas para o planejamento de práticas pedagógicas mais individualizadas e eficazes. Algumas estratégias da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) podem se tornar importantes aliadas no processo de inclusão escolar e no manejo de comportamentos que interferem na aprendizagem de alunos com TEA (Cooper; Heron; Heward, 2021). Entre elas, destaca-se o uso do reforço positivo (R+), que pode ser empregado por educadores para aumentar a frequência de comportamentos desejados, como a participação nas aulas, a realização de tarefas, envolvimento em atividades coletivas e a “comunicação funcional” (Carr & Durand, 1985). Esses reforçadores podem assumir diferentes formas, desde os sociais (elogios e parabenizações) até a oferta de pequenas recompensas, como carimbos, intervalos ou tempo dedicado a uma atividade de interesse, como desenhar.

Para além do reforço imediato, estratégias mais estruturadas, como a economia de fichas, também se mostram eficazes. Nesse sistema, o aluno acumula fichas ao apresentar comportamentos específicos e, posteriormente, pode trocá-las por uma recompensa maior. Esse processo, conforme descrito originalmente por Ayllon e Azrin (1968), favorece a motivação, ensina a adiar a gratificação e contribui para a compreensão de metas de médio e longo prazo, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da autorregulação e da persistência. Desse modo, o ensino de novas habilidades e da comunicação funcional deve ocorrer, preferencialmente, por meio do reforço positivo (Sidman, 1989), em vez de métodos baseados na coerção ou na punição.

No campo pedagógico, a ABA também oferece contribuições relevantes, especialmente ao propor a adaptação de materiais didáticos. Por meio da análise de tarefas, atividades complexas podem ser decompostas em etapas menores e mais manejáveis, permitindo que o estudante avance gradualmente em seu processo de aprendizagem. Além disso, o uso de apoios visuais e instruções claras garante que as atividades propostas sejam não apenas compreensíveis, mas também coerentes com os objetivos do currículo escolar. (Cooper; Heron; Heward, 2021). Dessa forma, a aprendizagem é potencializada e, com o tempo, o aluno é estimulado a realizar as atividades de maneira cada vez mais independente, fortalecendo sua autonomia no processo educativo.

Assim, a prática pedagógica encontra respaldo na visão freiriana de que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 1996, p. 25). O objetivo, portanto, não é gerar respostas automáticas, mas sim construir um ambiente de aprendizagem motivador e acessível, no qual o aluno se sinta seguro, engajado e capaz de participar ativamente do próprio processo educativo.

Ao focar na generalização de habilidades, a Análise do Comportamento Aplicada busca garantir que o aprendizado adquirido por meio dos programas de ensino se estenda para os diversos contextos da vida cotidiana, critério este que é considerado uma das dimensões definidoras da própria área (Baer; Wolf; Risley, 1968). Tal abordagem promove a independência e a inclusão do indivíduo em múltiplos contextos sociais, contribuindo não apenas para o seu desenvolvimento integral, mas também para a melhoria das interações e dinâmicas coletivas ao seu redor.

Essa transformação no repertório comportamental do estudante com TEA amplia o seu mundo, pois, como afirma Skinner (2006, p. 159), "mudar a mente de uma pessoa é mudar o mundo em que ela vive". Nesse sentido, a aplicação da ABA transcende a mera assimilação de conteúdos, ao contribuir de maneira significativa para o fortalecimento da autonomia, da comunicação, da interação social e da generalização dos conhecimentos adquiridos pelos alunos com TEA no contexto escolar, oferecendo um método sistemático e individualizado, ausente na pedagogia tradicional.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa é do tipo bibliográfica, de caráter qualitativo. De acordo com Gil (2008), esta modalidade de pesquisa baseia-se na leitura, análise e interpretação de material já publicado sobre o tema. Este tipo de pesquisa tem como objetivo reunir, analisar e sintetizar os estudos já existentes sobre a Análise do Comportamento Aplicada e sua aplicação nas escolas regulares para inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

3.2 Local de pesquisa

O estudo será de caráter documental e por coleta de dados, por meio do acesso a bibliotecas físicas e virtuais, repositórios de TCC, dissertação, Scielo, Google Scholar, artigos e teses.

3.3 Universo total e universo amostral

O universo desta pesquisa bibliográfica é composto por produções acadêmicas, com foco em artigos científicos centrais para a discussão sobre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da inclusão escolar. O corpus de análise, apresentado no Quadro 3, abrange artigos publicados no período de 1985 a 2021. Este recorte temporal foi definido para permitir a inclusão tanto dos estudos seminais que fundamentaram a área, quanto das pesquisas mais recentes que discutem a sua aplicação atual. A pesquisa não envolve sujeitos humanos, pois seu foco está na análise documental. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: relevância teórica para os objetivos do trabalho, recorte temático relacionado à prática educacional com crianças com TEA e à aplicação da ABA no contexto escolar. Foram excluídos os materiais que não apresentavam embasamento científico, que abordavam exclusivamente contextos clínicos ou que não estavam alinhados com a proposta de inclusão escolar mediada por estratégias pedagógicas.

3.4 Instrumentos/técnicas de produção e coleta de dados

A produção e coleta de dados desse trabalho ocorreram por meio da seleção e análise de materiais bibliográficos disponíveis em fontes confiáveis, como artigos científicos, livros, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, dos quais foram selecionados os 11 artigos que compõem o corpus principal da pesquisa. A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Scholar, periódicos da CAPES e repositórios institucionais de universidades. Os descritores utilizados incluíram termos como “Análise do Comportamento Aplicada”, “ABA na escola”, “inclusão escolar e autismo”, “educação inclusiva” e “estratégias pedagógicas para TEA”. A técnica empregada foi a análise documental, com foco na identificação de abordagens teóricas, metodológicas e práticas relacionadas à aplicação da ABA no contexto escolar. Os dados foram organizados de forma qualitativa e interpretativa, buscando-se compreender os principais pontos de convergência e divergência entre os autores e as contribuições mais relevantes para o tema investigado.

A análise dos dados foi realizada com base na leitura, seleção e interpretação crítica das produções bibliográficas que compuseram o corpo documental da pesquisa. Os estudos foram organizados conforme sua contribuição para os objetivos propostos, especialmente no que diz respeito à aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como ferramenta no processo de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

3.5 Análise e discussão dos dados da pesquisa

A análise dos dados ocorreu por meio da Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (1977), consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos, a descrição dos conteúdos das mensagens. A partir desta abordagem, a discussão dos dados buscou identificar os principais desafios enfrentados no ambiente escolar, tanto pelos estudantes com TEA quanto pelos profissionais da educação, bem como as estratégias pedagógicas utilizadas à luz dos princípios da ABA. Os dados foram analisados de forma qualitativa e interpretativa, permitindo o levantamento de evidências sobre a eficácia das intervenções comportamentais, as lacunas na formação docente e a necessidade de práticas pedagógicas mais humanizadas e baseadas em evidências científicas.

A partir dessa análise, foi possível compreender como os conceitos e técnicas da ABA têm sido aplicados no contexto educacional e quais adaptações são necessárias para que a prática seja ética, respeitosa e alinhada às necessidades individuais das crianças com TEA. Os estudos selecionados foram discutidos em diálogo com os autores que embasam o referencial teórico do trabalho, promovendo uma reflexão crítica e propositiva sobre o tema.

3.6 Considerações éticas da pesquisa

Este estudo, sendo de natureza bibliográfica, não envolve a coleta de dados diretamente com seres humanos. Todas as fontes utilizadas foram devidamente referenciadas, respeitando os direitos autorais e a integridade intelectual dos autores. O estudo foi conduzido com responsabilidade ética, rigor acadêmico e compromisso com a promoção de práticas inclusivas e fundamentadas em evidências científicas, contribuindo para o avanço do debate sobre educação e inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

4 CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS PESQUISADOS

4.1 Quadro 3: Identificação dos artigos pesquisados

Título	Ano	Autores	Objetivos
Artigo 1 (A1): Reducing behavior problems through functional	1985	CARR, Edward G; DURAND, V. Mark.	Testar o Treinamento de Comunicação Funcional (FCT) como estratégia para substituir comportamentos problemáticos

communication training [Reducindo problemas de comportamento através do treino de comunicação funcional].			por comunicação verbal, demonstrando que a emissão de pedidos funcionais pode reduzir tais comportamentos ao cumprir a mesma função.
Artigo 2 (A2): Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children [Tratamento comportamental e funcionamento educacional e intelectual normal em crianças autistas jovens].	1987	LOVAAS, Ole Ivar.	Avaliar a eficácia da intervenção comportamental intensiva e precoce, comparando um grupo de tratamento de alta intensidade (mais de 40 horas/semana) com um grupo de controle para verificar a possibilidade de crianças com autismo alcançarem funcionamento intelectual e educacional normal.
Artigo 3 (A3): Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral	2006	KLIN, Ami.	Apresentar uma revisão abrangente sobre autismo, abordando seu histórico, classificação (nosologia) e características clínicas, com foco nos desafios enfrentados por esses indivíduos
Artigo 4 (A4): Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos de Autismo	2008	TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria.	Revisar a construção histórica dos conceitos de Autismo Infantil e Síndrome de Asperger, demonstrando a evolução das concepções

Infantil e da Síndrome de Asperger.			teóricas e das descrições clínicas ao longo do tempo
Artigo 5 (A5): Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura.	2009	CAMARGO, Síglia Pimentel; BOSA, Cleonice.	Realizar uma revisão crítica da literatura sobre o conceito de competência social e a inclusão escolar de crianças com autismo, a fim de analisar o panorama dos estudos existentes e apontar as lacunas na pesquisa.
Artigo 6 (A6): Análise do comportamento aplicada: Interface entre ciência e prática?	2011	MALAVAZZI, Daniela de Marchi <i>et al.</i>	Analizar a interface entre ciência e prática na Análise do Comportamento Aplicada, revisando estudos de análise funcional do periódico JABA à luz das sete dimensões propostas por Baer, Wolf e Risley (1968).
Artigo 7 (A7): Notas sobre o Behaviorismo de Ontem e de Hoje.	2011	TOURINHO, Emmanuel Zagury.	Apresentar referências históricas sobre as origens e o desenvolvimento do Behaviorismo, destacando a evolução do trabalho de Watson para o sistema multidimensional da Análise do Comportamento de Skinner
Artigo 8 (A8): Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição,	2013	CAMARGO, Síglia Pimentel; RISPOLI, Mandy.	Apresentar a definição, as características e os pressupostos filosóficos da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a fim de fundamentá-la

características e pressupostos filosóficos.			como uma intervenção eficaz para o autismo.
Artigo 9 (A9): Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista	2020	OLIVEIRA, Francisco.	Discutir os desafios da inclusão escolar de crianças com autismo, com foco na falta de preparo do professor e em seu papel central como mediador do processo de aprendizagem e desenvolvimento.
Artigo 10 (A10): Efficacy of Interventions Based on Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum Disorder: A Meta-Analysis [Eficácia das Intervenções Baseadas na Análise do Comportamento Aplicada para o Transtorno do Espectro Autista: Uma Meta-Análise]	2020	YU, Qian; LI, Enyao; LI, Liguo; LIANG, Weiyi.	Avaliar sistematicamente, por meio de uma meta-análise, a eficácia de diferentes tipos de intervenções baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Artigo 11 (A11): Autismo e a educação: ciência ABA (Análise do Comportamento Aplicada) como proposta de	2021	OLIVEIRA, Diana dos S. F.; SILVA, Ana Dayse P. R.	Identificar, por meio de revisão bibliográfica, as contribuições da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para o desenvolvimento cognitivo de alunos com autismo, descrevendo-a como uma

intervenção na educação infantil.		proposta de intervenção para a educação infantil.
-----------------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

É válido destacar a pergunta inicial que orienta esta pesquisa: “Como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) pode ser uma ferramenta no processo de inclusão escolar de crianças com TEA?”. Para respondê-la, foi conduzida uma revisão da literatura, com base em aportes teóricos e produções científicas selecionadas, que permitiram uma análise sólida sobre o assunto. De acordo com os critérios definidos, foram encontrados 11 (onze) artigos publicados entre 1985 e 2021, incluindo desde estudos pioneiros na área até trabalhos mais recentes focados no contexto educacional. Esse período foi escolhido para abranger tanto os fundamentos históricos da ABA quanto as discussões contemporâneas sobre sua utilização na educação inclusiva.

O primeiro grupo de artigos (A3, A4, A5, A7 e A8) é formado por produções que se dedicam à definição, revisão e conceituação histórica dos conceitos ligados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Esses estudos oferecem uma base teórica essencial para a compreensão do campo, uma vez que sistematizam o percurso histórico do autismo, como em Klin (2006) e Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008), e analisam o desenvolvimento do Behaviorismo e sua evolução até a constituição da ABA, como destacado em Tourinho (2011) e Camargo e Rispoli (2013). Já Camargo e Bosa (2009) contribuem com uma revisão crítica acerca da competência social e dos desafios da inclusão escolar, apontando lacunas e possibilidades de aprofundamento da formação docente. Em conjunto, essas pesquisas não apenas contextualizam a discussão sobre autismo e análise do comportamento, mas também fundamentam teoricamente a presente pesquisa, oferecendo um fundamento conceitual indispensável para compreender a relevância da ABA no processo de inclusão escolar de crianças com TEA.

O segundo grupo de artigos (A1, A2, A10 e A11) concentra-se em demonstrar a eficácia das intervenções fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), reunindo provas concretas que destacam a importância dessa abordagem. Os estudos clássicos de Carr e Durand (1985) e Lovaas (1987) marcam o início desse percurso, ao comprovarem, respectivamente, que estratégias como o Treinamento de Comunicação Funcional e a intervenção comportamental intensiva podem reduzir comportamentos interferentes e promover avanços significativos no desenvolvimento de crianças com TEA. Em uma

perspectiva mais recente, Yu et al. (2020) ampliam essa discussão ao reunir, em uma meta-análise, resultados de diferentes pesquisas que comprovam a eficácia das intervenções baseadas na ABA, enquanto Oliveira e Silva (2021) direcionam esse olhar para o contexto da educação infantil, apontando ganhos cognitivos e pedagógicos decorrentes da aplicação da ABA em sala de aula. Em conjunto, esses trabalhos traçam uma linha evolutiva que vai das comprovações experimentais pioneiras às revisões sistemáticas atuais, reforçando o caráter científico, atualizado e aplicável da ABA tanto em contextos terapêuticos quanto educacionais.

O terceiro grupo de artigos (A6 e A9) acrescenta uma camada de reflexão crítica sobre os limites e desafios da inclusão escolar mediada pela Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Malavazzi *et al.* (2011) discutem a interface entre ciência e prática, evidenciando que, embora a ABA possua fundamentos sólidos e eficácia comprovada, sua aplicação nem sempre ocorre de forma coerente ou alinhada às sete dimensões propostas por Baer, Wolf e Risley (1968). Essa análise aponta para a necessidade de maior rigor e clareza na transposição da teoria para o contexto educacional. Já Oliveira (2020) volta-se diretamente para o cotidiano escolar, revelando as barreiras enfrentadas por professores diante da inclusão do aluno com TEA, sobretudo pela falta de formação adequada e de suporte institucional. Em conjunto, esses estudos enfatizam que a eficácia da ABA só se concretiza plenamente quando acompanhada de práticas inclusivas consistentes, formação docente continuada e políticas escolares que sustentem sua implementação. Dessa forma, eles complementam os grupos anteriores ao mostrar que a inclusão não depende apenas da existência de métodos eficazes, mas também de condições reais para que esses métodos sejam aplicados de forma ética e efetiva.

Ao observar os três grupos em conjunto, percebe-se uma trajetória lógica que responde diretamente à pergunta da pesquisa. Primeiro, os artigos conceituais e históricos estabeleceram a base teórica necessária. Em seguida, os estudos experimentais e comprobatórios forneceram as evidências empíricas da eficácia da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Por fim, os artigos críticos e práticos trouxeram à tona os desafios do mundo real e do contexto educacional. Assim, a análise conjunta desses grupos revela que as estratégias baseadas na ABA oferecem caminhos sólidos para a inclusão escolar, mas somente quando articuladas a um ambiente educacional preparado e que também disponha de propostas de formação docente e capacitação continuada.

4.2 Quadro 4: Estratégias descritas/ sugeridas nos artigos

Artigo 1 (A1):	Treino de Comunicação Funcional (FCT)	Substituir comportamentos problemáticos por atos comunicativos verbais que sirvam à mesma função social, mas que sejam socialmente apropriados.
Artigo 2 (A2):	Tratamento de Modificação de Comportamento	Tratamento intensivo (+40h/semana), de longo prazo (2+ anos), e focado em crianças com TEA abaixo de 4 anos.
Artigo 6 (A6):	Análise Funcional	Identificar as variáveis das quais um comportamento é função, através da manipulação experimental de estímulos e consequências.
Artigo 10 (A10):	Modelo de Intervenção Precoce Denver (ESDM)	Intervenção baseada no desenvolvimento que utiliza trocas interpessoais e afeto positivo para abordar todos os domínios da comunicação e aprendizagem.
	Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS)	Sistema de comunicação que ensina crianças a trocarem figuras por itens ou atividades desejadas, especialmente as não verbais.
	Treinamento por Tentativas Discretas (DTT)	Método de instrução direto e sistemático, que ensina habilidades complexas dividindo-as em pequenas unidades e usando repetição.
	Tratamento de Resposta Pivotal (PRT)	Organizar o ambiente para criar oportunidades de usar comportamentos-alvo durante interações naturais de brincadeira.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 4 apresentou as estratégias descritas e sugeridas nos artigos analisados, evidenciando a diversidade de abordagens da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no contexto escolar e clínico, mas também apontando pontos de convergência importantes para a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A análise dos resultados mostra que, embora as propostas variem quanto ao foco, intensidade e aplicabilidade, todas compartilham o objetivo central de substituir comportamentos-problema por habilidades socialmente relevantes e de ampliar a participação do estudante no processo de aprendizagem.

O artigo A1, de Carr e Durand (1985), apresenta o Treino de Comunicação Funcional (FCT) como principal estratégia. Essa abordagem substitui comportamentos interferentes por atos comunicativos mais adequados, garantindo que a criança possa expressar suas necessidades de forma compreensível e socialmente aceitável. Ao propor a comunicação como via de mediação do comportamento, o estudo de Carr e Durand contribui para reduzir comportamentos problemas e ampliar as possibilidades de interação. Esse resultado dialoga com Skinner (2003), que ao analisar o comportamento verbal, destacou a importância das consequências sociais na manutenção da comunicação. Assim, o FCT não apenas controla respostas, mas amplia repertórios comunicativos, aspecto essencial para a inclusão escolar.

O artigo A2, de Lovaas (1987), defende a eficácia da intervenção comportamental intensiva e precoce, com destaque para o atendimento de mais de 40 horas semanais a crianças abaixo dos quatro anos de idade. O estudo é considerado um marco, pois comprovou que uma parte significativa das crianças submetidas ao tratamento intensivo alcançou funcionamento intelectual e educacional dentro da normalidade. No entanto, ao trazer para o debate educacional, é preciso considerar os limites da escola regular: não há como reproduzir tal intensidade no cotidiano escolar. Por isso, torna-se necessário refletir, como afirma Oliveira (2020), sobre a viabilidade de aplicação das estratégias da ABA em contextos com limitações estruturais e formativas. Ainda assim, a ênfase de Lovaas na precocidade e sistematicidade reforça a necessidade de capacitação docente, para que, mesmo sem o nível clínico de intensidade, a escola consiga aplicar adaptações pedagógicas consistentes e éticas, fundamentadas em evidências científicas.

Já os artigos A3 (Klin, 2006) e A4 (Tamanaha, Perissinoto e Chiari, 2008) trazem uma contribuição distinta: apresentam uma revisão histórica e conceitual do autismo. Esses trabalhos permitem compreender a evolução do diagnóstico, das terminologias e das descrições clínicas ao longo do tempo. Embora não tragam diretamente estratégias pedagógicas, são essenciais para embasar as práticas de hoje, pois demonstram como a compreensão do autismo se deslocou de concepções equivocadas para uma visão científica mais fundamentada.

O artigo A5, de Camargo e Bosa (2009), volta-se para a competência social e a inclusão escolar, analisando criticamente a literatura. Os autores destacam que a inclusão de crianças com TEA não depende apenas de estratégias pedagógicas isoladas, mas da criação de ambientes escolares que favoreçam a socialização e a participação ativa. Essa perspectiva dialoga com Bar, Wolf e Risley (1968), que estabelece a dimensão da ABA voltada à generalização. A inclusão, portanto, não deve restringir-se à adaptação curricular, mas precisa promover interações significativas que fortaleçam a competência social dos estudantes.

O artigo A6, de Malavazzi et al. (2011), faz uma reflexão sobre a interface entre ciência e prática na ABA, analisando em que medida as intervenções publicadas no JABA seguem de fato as sete dimensões propostas por Baer, Wolf e Risley (1968). O estudo mostra que, muitas vezes, a transposição da teoria para a prática não ocorre de forma coerente, o que pode comprometer a efetividade das intervenções. Essa crítica é fundamental para o contexto escolar, pois lembra que a eficácia da ABA não está apenas nos princípios, mas na forma como são aplicados. Em outras palavras, não basta adotar terminologias da ABA: é preciso respeitar sua fundamentação conceitual e aplicá-la de maneira ética, sistemática e transparente.

Já o artigo A7, de Tourinho (2011), revisita a evolução do Behaviorismo, desde Watson até Skinner, destacando como a ciência se expandiu para um sistema multidimensional. Ao situar a Análise do Comportamento Aplicada dentro desse percurso, o autor reforça sua base filosófica e metodológica. O artigo A8, de Camargo e Rispoli (2013), complementa essa perspectiva ao apresentar os pressupostos filosóficos da ABA e sua aplicação como intervenção eficaz para o autismo. Ambos os trabalhos destacam que a ABA não é apenas um conjunto de técnicas, mas uma ciência fundamentada em princípios éticos e conceituais. Essa visão é coerente com as críticas contemporâneas que defendem uma ABA mais humanizada, como ressaltam Hanley (2021) e Leblanc, Rauchman e Suarez (2021), priorizando a dignidade e o bem-estar do indivíduo.

O artigo A9, de Oliveira (2020), desloca o foco para o cotidiano escolar, discutindo os desafios da inclusão de alunos com TEA. O autor destaca que muitos professores se sentem despreparados, enfrentando angústias por não possuírem formação adequada ou suporte institucional. Esse dado confirma a distância entre a política de inclusão e sua prática, como também aponta Silva e Carvalho (2017). Nesse sentido, o estudo evidencia que a inclusão não depende apenas da existência de estratégias eficazes, mas do investimento em formação docente e políticas de apoio que garantam condições reais para a implementação da ABA no espaço escolar.

O artigo A10, de Yu et al. (2020), apresenta uma meta-análise sobre a eficácia das intervenções baseadas na ABA para crianças com TEA. Os resultados confirmam que a ABA, quando aplicada de forma consistente e planejada, promove avanços significativos em habilidades sociais, cognitivas e comunicativas. Esse estudo atualiza e reforça as evidências já defendidas por Lovaas (1987) e Carr e Durand (1985), mas também ressalta que a eficácia está diretamente ligada à qualidade da intervenção e ao ambiente em que é aplicada. Portanto, a meta-análise corrobora a visão de que a ABA é cientificamente eficaz, mas não dispensa a necessidade de adaptação às realidades escolares.

Por fim, o artigo A11, de Oliveira e Silva (2021), traz a ABA para o contexto da educação infantil, discutindo suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo de alunos com TEA. O estudo mostra que, quando a ABA é utilizada como proposta pedagógica, favorece a aquisição de habilidades acadêmicas iniciais, além de potencializar a socialização e o envolvimento da criança nas atividades escolares. Ao propor práticas de intervenção já na primeira infância, o artigo reforça a importância da precocidade, mas de forma mais viável para o espaço escolar do que a proposta de Lovaas (1987), que tinha caráter clínico e intensivo.

Diante do exposto, é possível observar que os artigos analisados compõem um percurso coerente: inicialmente, os estudos conceituais e históricos (A3, A4, A5, A7 e A8) estabeleceram a base teórica e filosófica; em seguida, os estudos experimentais e comprobatórios (A1, A2, A10 e A11) demonstraram a eficácia da ABA; por fim, os artigos críticos e práticos (A6 e A9) revelaram os desafios da implementação real. Assim, a análise conjunta aponta que as estratégias baseadas na ABA oferecem caminhos sólidos para a inclusão escolar da criança com TEA, mas sua eficácia depende de três condições essenciais: a fidelidade aos princípios científicos da ABA, a adaptação pedagógica às necessidades individuais dos alunos e a formação continuada dos professores, acompanhada de políticas institucionais que garantam suporte adequado. Somente nesse cenário a escola poderá construir uma inclusão ética, significativa e efetiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) se constitui como uma ferramenta de grande potencial para a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As evidências teóricas analisadas demonstram que suas estratégias, como o Treinamento de Comunicação Funcional (FCT), o reforço positivo e a economia de fichas, favorecem a construção de repertórios sociais e acadêmicos, ampliam a comunicação e contribuem para a redução de comportamentos que dificultam a aprendizagem. Além disso, quando adaptada de forma individualizada, considerando a condição do autismo como espectro, a ABA possibilita intervenções ajustadas às necessidades específicas de cada estudante, promovendo um ensino mais inclusivo e efetivo. Nesse sentido, a ABA se apresenta como um recurso científico consistente para apoiar o processo educacional inclusivo, desde que articulada a práticas pedagógicas éticas, sistemáticas e pautadas no reconhecimento da singularidade de cada aluno.

Contudo, a pesquisa também revelou que a efetividade e a aplicação ética da ABA no ambiente escolar são indissociáveis de condições estruturais. A plena inclusão demanda preparo especializado e formação continuada dos professores, bem como o suporte de políticas institucionais que garantam práticas consistentes e colaborativas. Conclui-se, portanto, que a intervenção não deve ser uma mera transposição do modelo clínico pioneiro de alta intensidade, mas sim uma adaptação contextualizada à realidade da escola, orientada em uma visão humanizada que priorize a dignidade, a autonomia e a participação ativa do estudante com TEA no processo educativo.

Reconhece-se que a principal limitação deste estudo reside em sua natureza metodológica de revisão bibliográfica, que restringe a análise ao campo teórico. A ausência de pesquisa empírica impossibilitou observar as nuances do cotidiano escolar, como a fidelidade na aplicação dos princípios da ABA pelos educadores, a atuação dos profissionais de apoio e os desafios estruturais enfrentados pelas instituições. Um estudo de campo, como um estudo de caso, poderia ter capturado de forma mais direta e humanizada o impacto das intervenções no desenvolvimento das crianças e a dinâmica real da inclusão no chão da escola.

Diante do exposto, e com base nas limitações apontadas, sugere-se que pesquisas futuras se dediquem à investigação empírica. Estudos de caso poderiam aprofundar a compreensão sobre a fidelidade e a eficácia de intervenções específicas da ABA em contextos escolares reais. Em paralelo, pesquisas avaliativas seriam cruciais para mapear as competências e as necessidades formativas dos docentes, um desafio central identificado neste trabalho. Por fim, a pesquisa-ação emerge como uma via promissora para desenvolver, em colaboração com os educadores, adaptações curriculares que sejam aplicáveis e realistas para o dia a dia da sala de aula, garantindo a generalização das habilidades para diversos contextos da vida do aluno. Tais investigações seriam essenciais para aplicar o conhecimento teórico da ABA à realidade escolar, validando e aprimorando sua utilização na promoção de uma inclusão efetiva no Brasil.

Em síntese, conclui-se que a Análise do Comportamento Aplicada, quando articulada a uma perspectiva educacional ética, reflexiva e comprometida com a diversidade, representa não apenas um conjunto de técnicas, mas uma ciência capaz de transformar a escola em um espaço de pertencimento, desenvolvimento e cidadania. Integrada à formação docente e ao suporte institucional, a ABA pode contribuir para a construção de práticas inclusivas mais consistentes, assegurando não apenas o direito à matrícula dos estudantes com TEA, mas a sua permanência qualificada e o pleno acesso a uma educação de qualidade, inclusiva, ética e verdadeiramente humanizada.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual diagnóstico estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASPERGER, H. Die "Autistischen Psychopathen" in kindesalter. **Arch Psychiat Nervenkr.** 1944;110:76-136.

AYLLON, T.; AZRIN, N. H. **The Token Economy: A Motivational System for Therapy and Rehabilitation.** New York: Appleton-Century-Crofts, 1968.

BAER, D. M.; WOLF, M. M.; RISLEY, T. R. Some current dimensions of applied behavior analysis. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 1, n. 1, p. 91-97, 1968.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos, Brasília, DF, 5 out. 1988. Tit. VIII, Cap. III, Sec. I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

CAMARGO, Pimentel; RISPOLI, Mandy. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, pp. 639-650, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128786010.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.

CAMARGO, Pimentel; BOSA, Cleonice. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2025.

CARR, E. G.; DURAND, V. M. Reducing behavior problems through functional communication training. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 18, n. 2, p. 111-126, 1985. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1307999/>. Acesso em: 2 set. 2025.

CARVALHO NETO, M.B. Análise do comportamento: Behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. **Interação em Psicologia**, Pará, v. 6, p. 13-18, 2002. Disponível em: https://www.cemp.com.br/arquivos/25932_65.pdf. Acesso em: 6 out. 2024.

COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. **Análise do Comportamento Aplicada.** 2. ed. São Paulo: Artmed, 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FONSECA, Vítor da. **Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores.** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. Disponível em: <https://causosescolares.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/04/fonseca.pdf>. Acesso em:

17 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

HANLEY, G. P. A Perspective on Today's ABA. **FTF Behavioral Consulting**, 2021. Disponível em: <https://practicalfunctionalassessment.com/2021/09/09/a-perspective-on-todays-aba-by-dr-greg-hanley/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

HEFLIN, L. J.; ALAIMO, D. F. **Students with autism spectrum disorders: effective instructional practices**. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, Inc., 2007

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LATUNI, Ana. **Inovação e Inclusão Escolar: Um Desafio para a Educação Contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2022

LOVAAS, O. I. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 55, n. 1, p. 3–9, 1987. Disponível em: <http://dev.blnautism.com/wp-content/uploads/2019/09/lovaas-1987.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MARCOS HISTÓRICOS. **Autismo e realidade**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MARTINS, S. M. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial**. 168f. Dissertação (mestrado em Educação) Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95218/297802.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MALAVAZZI, D. M. et al. Análise do comportamento aplicada: Interface entre ciência e prática? **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 2, n. 2, p. 218–230, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/71-Submiss%C3%A3o-58-121-10-20170824.pdf>. Acesso em: 23 jul 2025.

MIRANDA, Theresinha Guimarães e FILHO, Teófilo Alves Galvão (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 19 jul. 2025.

OLIVEIRA, D. dos S. F.; SILVA, A. D. P. R. da. Autismo e a educação: ciência aba (análise do comportamento aplicada) como proposta de intervenção na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p. 569–584, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2517/1005>. Acesso em: 23 jul 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde: CID 10**. 10a. ed. São Paulo: Edusp; 1998.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Transtorno do espectro autista**, Brasília. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 05/07/2025.

PÁDRON, Clara. Quatro médicos que mudaram a visão do mundo sobre o autismo. **Autismo e Realidade**, São Paulo. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2019/11/27/quatro-medicos-que-mudaram-a-visao-do-mundo-sobre-autismo/#:~:text=Em%201978%2C%20o%20autismo%20%C3%A9,das%20escolas%20no%20desenvolvimento%20infantil>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PIAGET, Jean. **A representação do mundo da criança**. São Paulo: Ideias e Letras, 2005.

SELLA, Ana; RIBEIRO, Daniela. **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista**. Curitiba: Appris, 2018.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Livro Pleno, 2009.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 2006.

TAMANAHA, AC; PERISSINOTO, J; CHIARI, BM. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos de Autismo Infantil e da Síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 13, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-80342008000300015>. Acesso em: 18 mar. 2025.

TOURINHO, E. Z. Notas sobre o Behaviorismo de ontem e de hoje. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 1, p. 186-194, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/6DMNMfRqyqFzMd4Vtbvtw7x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul 2025.

TUSTIN, F. **Autismo e psicose infantil**. Rio de Janeiro: Imago; 1975

YGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Acesso em: 10 nov. 2025.

YU, Q.; LI, E.; LI, L.; LIANG, W. Efficacy of Interventions Based on Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum Disorder: A Meta-Analysis. **Psychiatry Investigation**, v. 17, n. 5, p. 432-443, mai. 2020. Disponível em:

<https://PMC7265021/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

ZEIDAN, J.; FOMBONNE, E.; SCORAH, J.; IBRAHIM, A.; DURKIN, M. S.; SAXENA, S.; YUSUF, A.; SHIH, A.; ELSABBAGH, M. Global prevalence of autism: A systematic review update. **Autism Research**, v. 15, n. 5, p. 778-790, mai. 2022. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aur.2696>. Acesso em 16 ago. 2025.